

## **7. ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM EM FUNÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA 51/2019:**

Do **DPRRU-DIV.PLANEAMENTO VER. REGENERAÇÃO URBANA**, submetendo informação sobre a alteração por adaptação do artº. 38º do PDM, bem como a correspondente proposta de redação da declaração a emitir sobre a mesma, informação que se anexa.



**BRAGA**  
Município

Processo: 2019/150.10.400/24

Nº Informação: 5290

Data: 18/02/2019

VMB

URGENTE

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

Enviar ao Sr. Diretor Municipal da DMUOP

Remeto informação da DPRRU sobre a alteração por adaptação do artº 38 do PDM, bem como a correspondente proposta de redação da declaração a emitir pela Câmara Municipal sobre o mesmo. Estes elementos deverão ser enviados à próxima reunião de Câmara para deliberação.

19/2/2019  
Miguel Araújo

**Assunto:** Alteração por adaptação do PDM em função da publicação da Portaria 51/2019

1. A 11 de fevereiro de 2019 foi publicada na 1ª Série do Diário da República, n.º 29, a Portaria n.º 51/2019 que determina a alteração por adaptação do artigo 38º do regulamento do PDM de Braga, publicado através do Aviso n.º 11741/2015 de 14 de outubro, em função da publicação e entrada em vigor do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM), através da Portaria n.º 58/2019 de 11 de fevereiro.
2. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 121º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), a alteração por adaptação dos planos municipais de ordenamento do território decorre "da entrada em vigor de outros programas e planos territoriais com que devam ser compatíveis ou conformes"; procedimento sustentado em:
  - a) Informação técnica que identifique os elementos a alterar, com proposta de redação da declaração a emitir pela Câmara Municipal;
  - b) Envio do conteúdo da alteração à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, para prévio conhecimento conforme disposto no n.º 4 do artigo 121º do RJIGT;
  - c) Câmara Municipal delibera sobre o conteúdo da mera declaração, no prazo máximo de 60 dias uteis após publicação da norma que exige a alteração por adaptação (término do prazo a 9 de maio);
  - d) Câmara Municipal emite a declaração;
  - e) Serviços técnicos enviam a declaração para publicação e depósito através da SSAIGT, e paralelamente dá-se conhecimento do facto à CCDRn.
3. O conteúdo da declaração terá de conter a alteração da redação do artigo 38º (n.º 4 e 5) do regulamento do PDM:  
Onde se lê:

"4 – Estão igualmente sujeitas a PGF as explorações florestais privadas com área mínima de 50 ha.

5 - Sem prejuízo da legislação específica, estão isentas da elaboração de PGF as explorações abrangidas pela área Zona de Intervenção Florestal (ZIF), com mais de 50 ha."

Deve ler-se:

"4 - Encontram-se igualmente sujeitas à elaboração obrigatória de PGF, as explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 20 ha.

5 - Sem prejuízo da legislação específica, estão excluídas de necessidade de elaboração de PGF, as explorações florestais e agroflorestais que se encontram abrangidas pelo PGF da Zona de Intervenção Florestal (ZIF), que abranja a área da exploração."

A. S. do E. A. 19.02.27



**BRAGA**  
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

A Chefe de Divisão,

Filomena Farinhas

**Utilizador:** Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

## ANEXO II

(a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º)

## Posições remuneratórias complementares

Categoria	Posições remuneratórias complementares			
	9.ª	10.ª	11.ª	12.ª
Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica				
Níveis remuneratórios da tabela única	29	31	33	36

112044281

# ADMINISTRAÇÃO INTERNA, AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

## Portaria n.º 51/2019

de 11 de fevereiro

Através do Despacho n.º 782/2014, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 17 de janeiro, foi determinada a revisão dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF) em vigor, na sequência da ocorrência de factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro.

Foi igualmente determinada a redefinição do âmbito geográfico dos PROF que, de 21, passaram a 7, procurando-se deste modo reduzir os custos e diminuir a complexidade administrativa, não só para a entidade responsável pela sua elaboração e aplicação, mas também para todos os agentes envolvidos.

No processo de revisão dos PROF foi objeto de discussão pública com possibilidade de participação de todos os municípios e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Após o período de discussão pública, foram ponderados os contributos e revistos os documentos, não só para a incorporação dos contributos da comissão de acompanhamento e da discussão pública.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro, foi estabelecido que, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das florestas, do ambiente e das autarquias locais, são identificadas as disposições dos programas e dos planos territoriais preexistentes incompatíveis com os respetivos PROF.

Assim:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e do n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro, e do Despacho n.º 9973-A/2017, de 16 de novembro, e subalínea xi) da alínea b) do n.º 5 do Despacho n.º 5564/2017, na redação dada pelo Despacho n.º 7088/2017, de 14 de agosto, manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética, pelo Secretário de Estado das Autarquias Locais e pelo

Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o seguinte:

## Artigo 1.º

### Adaptação dos planos diretores municipais

A adaptação das normas dos planos diretores municipais incompatíveis com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho, com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro e com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, como tal identificadas, respetivamente, nos anexos I, II e III à presente portaria, da qual fazem parte integrante, devem ser atualizadas de acordo com as formas e os prazos estabelecidos nesses anexos.

## Artigo 2.º

### Colaboração

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competentes, em articulação com Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., asseguram toda a colaboração técnica necessária nos procedimentos referidos nos artigos anteriores.

## Artigo 3.º

### Suspensão

No caso de não se ter procedido à atualização dos planos municipais nos termos previstos nos artigos 1.º e 2.º, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente declara a suspensão das normas que deveriam ter sido alteradas, de acordo com o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

## Artigo 4.º

### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro do Ambiente e da Transição Energética, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*, em 31 de janeiro de 2019. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*, em 1 de fevereiro de 2019. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Pisoeiro de Freitas*, em 31 de janeiro de 2019.



## ANEXO I

(a que se refere o artigo 1.º)

## Identificação das disposições dos PMOT incompatíveis com o PROF entre Douro e Minho

## PDM de Baião (Aviso n.º 11351/2017, de 28 de setembro)

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Título v, capítulo iii, artigo 32.º, n.º 3.	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

## PDM de Braga (Aviso n.º 11741/2015, de 14 de outubro)

Artigo DO PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo iv, artigo 38.º, n.º 4.	Por estabelecer 50 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.
Capítulo iv, artigo 38.º, n.º 5.	Por isentar da obrigação de elaboração de PGF as explorações, com mais de 50 ha, abrangidas pela área Zona de Intervenção Florestal (ZIF), contrariando o disposto no n.º 3 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

## PDM de Fafe (Aviso n.º 10198/2015 de 7 de setembro, alterado pelo Aviso n.º 9711/2016 de 5 de agosto)

Artigo do PMOT	Tipo de Incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo v, artigo 41.º, n.º 2.	Por estabelecer 50 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

## PDM de Ponte da Barca (Aviso n.º 9043/2013, de 15 de julho)

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Título v, capítulo iv, artigo 32.º, n.º 3.	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.
Título v, capítulo v, artigo 37.º, n.º 4.	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

**PDM de Vila Nova de Cerveira (Declaração de Retificação n.º 839/2012, de 2 de julho)**

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Título iv, capítulo ii, artigo 33.º, n.º 3	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

**PDM de Vila Verde (Aviso n.º 12954/2014, de 19 de novembro, alterado pela Declaração n.º 58/2015, de 10 de março, e pelo Aviso n.º 8047/2016, de 27 de junho)**

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo v, artigo 46.º, n.º 6.	Por estabelecer 50 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do PROF EDM.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

**ANEXO II**

(a que se refere o artigo 1.º)

**Identificação das disposições dos PMOT incompatíveis com o PROF Trás-os-Montes e Alto Douro****PDM de Miranda do Douro (Aviso n.º 11145/2015, de 1 de outubro)**

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo v, secção iii, artigo 32.º, n.º 3.	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 37.º do PROF TMAD.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

**PDM de Montalegre (Declaração de Retificação n.º 140/2014, de 31 de julho)**

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo v, secção i, artigo 20.º, n.º 2	Por estabelecer 100 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 37.º do PROF TMAD.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

**PDM de Tabuaço (Aviso n.º 8526/2013, de 4 de julho)**

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Capítulo iv, Secção iii, subsecção ii, artigo 21.º, n.º 3.	Por estabelecer 50 ha como área a partir da qual explorações florestais e agroflorestais privadas estão sujeitas à elaboração obrigatória de Planos de Gestão Florestal (PGF), contrariando o disposto no n.º 2 do artigo 37.º do PROF TMAD.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.



## ANEXO III

(a que se refere o artigo 1.º)

## Identificação das disposições dos PMOT incompatíveis com o PROF Centro Litoral

PDM de Águeda (Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/95, de 16 de janeiro, e retificado pelo Aviso n.º 3341/2012, de 1 de março)

Artigo do PMOT	Tipo de incompatibilidade	Forma de atualização	Prazo de atualização
Secção III — Espaços Florestais, subsecção I — Disposições Comuns, artigo 38.º — Disposições comuns de florestação.	Disposição geral de que «No Espaço Florestal não é permitida a alteração da composição em povoamentos dominados por espécies autóctones de ocorrência rara ou em galerias ribeirinhas, designadamente em videiros, carvalhais, freixiais, amieiros, salgueirais, olmedos e choupaes, e ainda em soutos e castiçais» a qual é incompatível com a regra constante do regulamento do PROF, no seu artigo 13.º, n.ºs 2 e 3, para a alteração das espécies.	Alteração por adaptação, nos termos do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	60 dias úteis, contados a partir da entrada em vigor da portaria.

112034391

## AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

### Portaria n.º 52/2019

de 11 de fevereiro

No enquadramento da Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, na sua redação atual, e da Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, o regime jurídico dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), definido no Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual, prevê a possibilidade de os PROF serem sujeitos a alteração ou a revisão sempre que factos relevantes o justifiquem.

Através do Despacho n.º 782/2014, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 17 de janeiro, foi redefinido o âmbito geográfico dos PROF que, de 21, passaram a 7, procurando-se deste modo reduzir os custos e diminuir a complexidade administrativa, não só para a entidade responsável pela sua elaboração e aplicação, mas também para todos os agentes envolvidos.

As regiões abrangidas por cada PROF são suficientemente homogêneas e partilham, em larga medida, os mesmos potenciais e condicionantes ao nível do aproveitamento e da gestão dos espaços florestais, procurando-se, contudo, manter uma relação com os PROF agora aprovados, através da utilização do conceito de sub-região homogênea, mantendo-se a respetiva delimitação relativamente estável, ainda que com os necessários ajustamentos.

Em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas os PROF assumem a visão para as Florestas Europeias 2020, que considera «Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde

o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.»

No caso do PROF de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT), que agora se revê, corresponde aos anteriores PROF da Área Metropolitana de Lisboa, do Oeste e do Ribatejo.

No processo de revisão do PROF LVT teve-se em especial consideração a necessidade de reforçar a articulação com a Estratégia Nacional para as Florestas, aprofundando o alinhamento com as suas orientações estratégicas, nomeadamente nos domínios da valorização das funções ambientais dos espaços florestais e da adaptação às alterações climáticas, e ainda com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

Refira-se que o processo de revisão do PROF LVT envolveu a participação, em sede da comissão de acompanhamento, de um conjunto de entidades, nomeadamente da administração central e local, representantes dos produtores florestais, da indústria de base florestal, dos prestadores de serviços e das organizações não-governamentais na área do ambiente, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual, e no n.º 5 do Despacho n.º 782/2014, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 17 de janeiro, e dando ainda resposta ao previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

O PROF LVT foi sujeito a avaliação ambiental estratégica nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Para além da participação de várias entidades na comissão de acompanhamento, foi possibilitada a participação de todas as partes interessadas através dum período de discussão pública, o qual decorreu, para o PROF LVT, no período de 28 de dezembro de 2017 a 16 de fevereiro de 2018.

Após o período de discussão pública, foram ponderados os contributos e revistos os documentos, não só para a incorporação dos contributos da comissão de acompanhamento e da discussão pública, mas também para



## Artigo 118.º

### Alteração dos planos intermunicipais e municipais

Os planos intermunicipais e municipais são alterados em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos.

## Artigo 119.º

### Procedimento

1 — As alterações aos programas e planos territoriais seguem, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos no presente decreto-lei para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação, com exceção do disposto nos números e artigos seguintes.

2 — As alterações ao plano diretor intermunicipal e ao plano diretor municipal são objeto de acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 86.º, com as devidas adaptações.

3 — A revisão dos programas e dos planos territoriais segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no presente decreto-lei para a sua elaboração, acompanhamento, aprovação, ratificação e publicação.

## Artigo 120.º

### Avaliação ambiental

1 — As pequenas alterações aos programas e aos planos territoriais só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

2 — A qualificação das alterações para efeitos do número anterior compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou do programa, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, podendo ser precedida de consulta às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano.

3 — Sempre que seja solicitado parecer nos termos do número anterior, esse parecer deve, nos casos em que se justifique, conter também a pronúncia sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental.

4 — Os pareceres solicitados ao abrigo do presente artigo são emitidos no prazo de 20 dias, sob pena de não serem considerados.

## Artigo 121.º

### Alteração por adaptação

1 — A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais decorre:

- a) Da entrada em vigor de leis ou regulamentos;
- b) Da entrada em vigor de outros programas e planos territoriais com que devam ser compatíveis ou conformes;
- c) Do disposto no n.º 7 do artigo 72.º

2 — A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais não pode envolver uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração.

3 — A alteração por adaptação dos programas ou de planos territoriais depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano, a qual deve ser emitida, no prazo de 60 dias, através da alteração dos elementos que integram ou acompanham o instrumento de gestão territorial a alterar, na parte ou partes relevantes, aplicando-se o disposto no capítulo IX.

4 — A declaração referida no número anterior é transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do programa ou plano, quando este seja diferente do órgão responsável pela respetiva elaboração, sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito, nos termos previstos no presente decreto-lei.

## Artigo 122.º

### Correções materiais

1 — As correções materiais dos programas e dos planos territoriais são admissíveis para efeitos de:

a) Acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento;

b) Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento;

c) Correções do regulamento ou das plantas, determinadas por incongruência destas peças entre si;

d) Correção de lapsos gramaticais, ortográficos, de cálculo ou de natureza análoga; ou

e) Correção de erros materiais provenientes de divergências entre o ato original e o ato efetivamente publicado na 1.ª série do *Diário da República*.

2 — As correções materiais podem ser efetuadas a todo o tempo, por comunicação da entidade responsável pela elaboração dos programas ou dos planos, e são publicadas na mesma série do *Diário da República* em que foi publicado o programa ou plano objeto de correção.

3 — A comunicação referida no número anterior é transmitida previamente ao órgão competente para a aprovação do programa ou do plano, quando este seja diferente do órgão responsável pela respetiva elaboração, sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito, nos termos previstos no presente decreto-lei.

## Artigo 123.º

### Alteração simplificada

1 — Estão sujeitas a um regime procedimental simplificado, as alterações de planos intermunicipais e municipais que resultem da necessidade de redefinição do uso do solo, determinada pela cessação de servidões administrativas e de restrições de utilidade pública ou pela desafetação de bens imóveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos, designadamente os do domínio privado indisponível do Estado.

2 — A integração a que se refere o número anterior é feita por analogia, através da aplicação das normas do